

Relatório de participação no IGF 2025

Henrique Faulhaber

O Fórum de Governança da Internet de 2025 foi realizado em Lillestrøm, na Noruega, em um momento de balanço de duas décadas de debates sobre políticas digitais. O encontro reuniu governos, setor privado, academia, sociedade civil e comunidade técnica para analisar os rumos da rede global e das tecnologias emergentes.

Este relatório aborda as discussões que se destacaram sobre inteligência artificial, regulação de plataformas digitais e cibersegurança. Ao longo da programação, a integração com processos multilaterais foi constante.

O IGF dialogou com a revisão do WSIS+20 e com as negociações do Pacto Digital Global, reafirmando seu papel de espaço multissetorial. O objetivo foi articular recomendações em linha com iniciativas mais amplas da ONU e produzir insumos para políticas nacionais e regionais.

Inteligência artificial

A inteligência artificial esteve presente de forma transversal em quase todas as sessões do IGF 2025. A tecnologia foi apresentada como motor de transformação para setores como saúde, educação, mobilidade, indústria e administração pública. Também foi discutida em termos de riscos de desinformação, dependência tecnológica e impactos ambientais.

Os riscos imediatos se concentraram na capacidade de modelos generativos de criar textos, imagens e vídeos falsos. Foram analisados exemplos de como esse conteúdo pode influenciar eleições e minar a confiança social. A dificuldade de monitoramento em interações privadas foi apontada como um desafio central para agências de verificação e reguladores.

O consumo de energia e água em data centers foi apresentado como questão urgente. O crescimento exponencial do uso de IA pressiona recursos naturais e eleva as emissões de gases de efeito estufa. A ausência de métricas uniformes para eficiência energética dificulta comparações entre provedores, limitando a tomada de decisão por governos e empresas.

A dependência tecnológica foi discutida como fator de assimetria global. O domínio de poucas empresas sobre a infraestrutura e o desenvolvimento de modelos limita a capacidade de inovação em regiões com menos recursos. Essa concentração foi descrita como risco de colonização digital, com países consumidores de tecnologia externa sem capacidade de adaptação local.

A desqualificação humana foi outro ponto de atenção. O uso excessivo de resumos e análises automatizadas pode reduzir a capacidade crítica de usuários e profissionais. A perda gradual de habilidades cognitivas foi considerada efeito colateral da dependência crescente de sistemas de IA para funções antes desempenhadas por humanos.

Os agentes de IA receberam atenção específica. Chatbots e assistentes virtuais foram descritos como ferramentas com grande potencial de interação, mas também de manipulação comportamental. Exemplos de alucinações e erros factuais mostraram como conteúdos enganosos podem circular em escala, levantando dúvidas sobre responsabilização e limites de uso.

O debate regulatório enfatizou a necessidade de convergência entre diferentes regimes. Foram discutidas leis regionais, tratados multilaterais e recomendações éticas já existentes. O consenso foi que a interoperabilidade de regras e princípios é essencial para reduzir a fragmentação e garantir previsibilidade para empresas e usuários.

A educação digital foi apresentada como medida central de longo prazo. Incentivar pensamento crítico e compreensão das limitações da IA foi descrito como passo necessário para reduzir a dependência. Em paralelo, os sandboxes regulatórios foram sugeridos como laboratórios de experimentação controlada que permitem inovação sem abrir mão da segurança.

Um momento específico das discussões foi a participação do ator e autor americano Joseph Gordon-Levitt. Ele falou sobre a aplicação da inteligência artificial nas artes, especialmente no cinema e em processos criativos. Suas reflexões trouxeram à tona o debate sobre autoria, colaboração humano-máquina e legitimidade criativa em um contexto em que algoritmos podem produzir obras artísticas de forma autônoma.

Ele destacou que dados como vozes, imagens e textos carregam valor cultural e pessoal e defendeu que a identidade digital deve permanecer com os indivíduos. Ressaltou ainda que a IA pode expandir possibilidades criativas, mas que regras claras são necessárias para garantir reconhecimento de autoria e respeito à contribuição humana. Sua participação foi lembrada como exemplo de como o IGF integra a dimensão cultural às discussões sobre governança tecnológica.

A governança de dados foi tratada como camada transversal. O princípio de que os dados produzidos por indivíduos pertencem a eles foi reforçado em várias mesas. Também foi discutida a necessidade de transparência em relação à propriedade, uso e compartilhamento de dados. Esse aspecto foi ligado à soberania digital e ao controle sobre infraestruturas de nuvem.

Regulação de plataformas

A regulação de plataformas digitais apareceu como resposta à concentração de poder econômico e informacional. O debate incluiu transparência, concorrência, moderação de conteúdo e políticas de dados. O objetivo foi examinar como reduzir riscos sistêmicos e ampliar a diversidade de serviços e fontes de informação.

A transparência sistêmica foi vista como o primeiro passo. Relatórios públicos sobre moderação de conteúdo, acesso de pesquisadores independentes a dados e bibliotecas abertas de anúncios foram sugeridos. Tais medidas permitiriam auditorias externas, reduzindo assimetrias entre plataformas e sociedade e ampliando a confiança dos usuários.

As plataformas de grande porte foram consideradas responsáveis por avaliar e mitigar riscos sistêmicos. O IGF discutiu a criação de obrigações de auditoria externa para verificar planos de mitigação. O objetivo é prevenir falhas graves que possam ter repercussões democráticas, sociais ou econômicas de grande magnitude.

A governança digital foi tratada como campo em expansão. Alguns participantes defenderam a manutenção do termo governança da internet, enquanto outros preferiram governança digital para incluir novas tecnologias como IA e computação quântica. O IGF foi visto como espaço apropriado para articular as duas perspectivas.

A revisão do WSIS+20 foi debatida como momento institucional decisivo. Houve consenso em torno da importância de estabelecer mandato permanente para o IGF e assegurar financiamento sustentável. Também foi proposta a integração de suas recomendações a processos multilaterais, de modo a transformar debates em medidas de implementação.

Cibersegurança

A cibersegurança foi tratada como base para a confiança digital. O aumento de ataques cibernéticos, patrocinados tanto por estados quanto por grupos criminosos, foi descrito como desafio crescente. O impacto sobre setores críticos, incluindo saúde, energia e finanças, mostrou a interdependência das infraestruturas digitais.

A vulnerabilidade de cabos submarinos e pontos de troca de tráfego foi apontada como risco estratégico. Esses elementos transportam a maior parte do tráfego internacional e podem ser alvos de incidentes acidentais ou deliberados. A necessidade de monitoramento constante e de redundância tecnológica foi enfatizada.

As normas internacionais de cibersegurança foram apresentadas como referências para a harmonização. Convenções multilaterais e leis regionais foram analisadas em relação a sua implementação. A adaptação de legislações nacionais a esses padrões foi considerada fundamental para ampliar resiliência e confiança mútua entre países.

A relação entre inteligência artificial e cibersegurança foi destacada. Modelos generativos podem ser usados em campanhas de desinformação e phishing, aumentando riscos de ataques. Em contrapartida, algoritmos de detecção podem apoiar monitoramento, correlação de eventos e resposta em tempo real. A governança desses usos foi considerada essencial.

Os centros de troca de tráfego como o IX.br foram descritos como elementos de resiliência. Ao manter rotas locais, reduzem o impacto de falhas internacionais. A diversificação de tecnologias, como uso combinado de cabos e satélites, foi sugerida para ampliar redundância e mitigar riscos em situações de crise.

Conclusão

O IGF de 2025 reforçou que inteligência artificial, regulação de plataformas e cibersegurança não podem ser tratados separadamente. Esses três campos se cruzam em decisões técnicas e políticas que afetam mercados, direitos e segurança. O fórum funcionou como espaço de convergência e articulação com processos multilaterais em andamento.

A inteligência artificial foi discutida em termos de impactos, riscos e governança. A regulação de plataformas destacou a importância da transparência e concorrência. A cibersegurança foi tratada como condição estrutural para a confiança digital. O conjunto das discussões mostrou a necessidade de abordagens integradas e de cooperação internacional contínua.

Três linhas de continuidade foram apontadas. A primeira é institucional, com fortalecimento do IGF e integração com iniciativas da ONU. A segunda é regulatória, com bases comuns para IA e plataformas digitais. A terceira é operacional, com foco em práticas de segurança, auditorias e preparação para riscos emergentes.

O fórum concluiu que a interdependência digital exige compromissos permanentes. A construção de confiança dependerá de regras claras, mecanismos de verificação e capacidade de adaptação a mudanças tecnológicas rápidas. O modelo multissetorial e a cooperação internacional permanecem como pilares centrais da governança digital.